

SINDSEP fortalece participação social ao integrar Conselho de Saúde de Paço do Lumiar

O SINDSEP reafirma seu compromisso com a responsabilidade social e a participação ativa nos espaços de controle social ao integrar o Conselho Municipal de Saúde de Paço do Lumiar, cuja eleição foi realizada no dia 19 de março.

Representando a entidade, os conselheiros eleitos Vicência Moraes e Manoel Lages terão a importante missão de contribuir com o fortalecimento das políticas públicas de saúde no município, atuando de forma democrática e em defesa dos interesses da população.

A posse dos novos conselheiros está marcada para o dia 23 de março, ocasião em que também será realizada a eleição da mesa diretora do Conselho, com a definição dos cargos de presidente, vice-presidente, primeiro secretário e segundo secretário.

A presença do SINDSEP nesses espaços reforça a importância da ocupação qualificada dos conselhos, garantindo que os trabalhadores e a sociedade civil tenham voz ativa na construção, fiscalização e aprimoramento das políticas públicas.

Com atuação consolidada, o SINDSEP possui representação em quase todos os conselhos municipais e estaduais dos mais diversos segmentos, demonstrando seu compromisso permanente com a participação social.

A entidade segue firme na promoção e defesa de uma saúde



pública de qualidade, pautada no bem-estar da sociedade brasileira, na equidade e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).



Tema cada vez mais presente nos debates sobre o combate à violência contra a mulher, a disseminação de misoginia e ódio nas redes sociais, por meio de perfis “especializados” que enaltecem a masculinidade em detrimento das mulheres, é um problema que precisa ser enfrentado com efetividade a partir de uma série de ações, em especial, com a responsabilização das plataformas digitais.

Matéria completa em cut.org.br/noticias

**A PEC 38 DESTRÓI O SERVIÇO PÚBLICO
CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA
PRESSIONE OS DEPUTADOS PARA QUE VOTEM NÃO!**

Servidores públicos se mobilizam para Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília

No próximo dia 15 de abril, servidores federais, estaduais e municipais de todo o país têm um encontro marcado em Brasília. A partir das 8h, em frente ao Museu Nacional, começa a concentração para a Marcha da Classe Trabalhadora. Em plenária, o Coletivo das Três Esferas da CUT reforçou a importância dos servidores se somarem à atividade.

A mobilização deve reunir milhares de representantes da classe trabalhadora, do setor público e privado, para entregar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma carta com reivindicações consideradas urgentes para a categoria.

Regulamentação da Convenção 151: Servidor também é trabalhador

Entre os principais motivos que levam os servidores a participar da marcha está a luta pela regulamentação da negociação coletiva no setor público (Convenção 151 da OIT). Apesar de o Brasil já ter ratificado a Convenção 151 da OIT desde 2010, ela ainda não foi regulamentada. Na prática, isso significa falta de segurança jurídica nas negociações e fragilidade nos direitos dos servidores.

A regulamentação é uma demanda histórica e vista como essencial para garantir mais de-



mocracia nas relações de trabalho dentro do serviço público. A expectativa agora é que o governo envie uma proposta ao Congresso e transforme esse direito em lei.

Outro ponto central é a rejeição à proposta da Lei Geral da Gestão Pública, apresentada pelo governo como uma modernização da administração. Para entidades sindicais, no entanto, o texto pode representar uma “reforma administrativa disfarçada”.

Na Plenária das Três Esferas, a assessora jurídica da CUT, Condsef/Fenadsef, Confetam e Fenasepe, Camilla Cândido, da LBS Advogados, trouxe informações sobre a intenção por trás da proposta.

Preocupações com a Lei Geral da Gestão Pública

De acordo com análises jurídicas, a proposta pode trazer impactos profundos, como:

- Possível enfraquecimento do Regime Jurídico Único (RJU)
- Aumento da participação do setor privado na gestão pública
- Risco de precarização das relações de trabalho

- Falta de garantias sobre negociação coletiva
- Impactos diretos para estados e municípios

Além disso, há preocupação de que mudanças estruturais no Estado com ruptura de um modelo que assegura estabilidade e direitos, criando diferentes regimes de trabalho dentro do serviço público e dificultando a organização dos trabalhadores.

Pautas específicas dos servidores também vão estar em destaque. Entre os servidores federais destaque para a luta contra as distorções salariais, aprovação de um auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas, equiparação dos valores dos benefícios entre os Poderes, entre outros temas urgentes!

Chamado à mobilização

Diante desse cenário, o chamado é para que servidores das três esferas se unam. A avaliação das entidades é que o momento exige pressão social para garantir direitos, barrar retrocessos e fortalecer o serviço público.